

OS PEQUENOS PRODUTORES FAMILIARES E A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

Luís Alberto Cadoná *

Hugo A. G. Vela **

RESUMO

No presente trabalho enfoca-se alguns dos movimentos de cooperação agrícola que destacaram-se no estado do Rio Grande do Sul, notadamente a partir da modernização da agricultura que ocorreu com maior intensidade a partir de meados dos anos 60. Discorre-se, inicialmente, sobre a formação da pequena propriedade rural no RS, alguns aspectos da caracterização desse pequeno produtor e sua importância no contexto da produção agropecuária. A seguir, relata-se alguns dos movimentos de cooperação que integram parte das atividades de produção do setor rural desse estado.

INTRODUÇÃO

Os seguidos períodos de crise que têm caracterizado a história da humanidade, em momentos de maior ou menor intensidade, dependendo dos povos protagonistas, têm também, em diversas ocasiões, proporcionado condições para que sejam desencadeados diferentes movimentos de união, com objetivo de superar os diversos obstáculos que sobrevêm nessas citadas etapas. O movimento cooperativista que teve origem na Inglaterra, no século XIX, com os pioneiros do Rockdalle, foi motivado, entre outros aspectos, pela crescente marginalização dos pequenos artesãos da época, que foram sendo substituídos pelas máquinas de tear industriais que surgiam. As condições desfavoráveis que se conjugavam nessa nova modalidade de produção que se instaurava, teve como consequência a aproximação desses

* Professor do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen - UFSM, Mestre em Extensão Rural.

** Professor do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM.

artesãos que se encontravam nesse movimento, originando uma possível alternativa com a união de suas pequenas potencialidades.

Esses períodos de crise que caracterizam a sociedade atual, em especial após a modernização dos processos produtivos, mais marcadamente após a segunda guerra mundial, também corresponderam a determinados focos no sentido da busca da união dos pequenos produtores para a superação desses diferentes empecilhos que são criados sob esse contexto, a cada decênio substancialmente alterado.

No caso da agropecuária, modernizados os diversos processos de atividade produtiva, que ocorreram concomitantemente ao avanço mais global, houveram resultados favoráveis, entre outros: o aumento da produtividade e da produção em determinados segmentos desse setor; ampliação de máquinas, equipamentos e implementos à disposição do indivíduo rural; racionalização do trabalho; determinadas tecnologias que, se adaptadas às condições locais, são compensadoras; maiores facilidades na colheita, armazenamento, limpeza, transporte e comercialização dos produtos obtidos na propriedade. Essas inovações não propagaram-se com a intensidade e, especialmente seus resultados, não foram todos animadores.

Os momentos de crise acentuaram-se com a redução da euforia inicial desse processo modernizador e, principalmente, após a constatação das inúmeras seqüelas que restaram: agressão ao meio ambiente com desmatamentos e queimadas descontrolados; desgaste do solo com perda de sua capacidade de geração, devido a sua utilização sem critérios e limitações, com o exagerado emprego de máquinas agrícolas, adubos químicos, pesticidas, hormônios e técnicas exógenas de cultivo; morte e extinção de espécies animais e vegetais. Controle da venda e distribuição dos insumos agropecuários por determinados setores do complexo comercial, financeiro e industrial que beneficiam-se duplamente: na venda dos insumos e na

aquisição dos produtos agropecuários, ocasionando uma constante transferência dos recursos financeiros e humanos das áreas rurais para os setores urbanos.

Esses reflexos perniciosos acima mencionados favoreceram, entre outros casos, a emergência de diversos movimentos associativos podendo-se destacar aqueles que ocorreram entre os pequenos produtores de diversos países da Europa como França, Alemanha e Espanha, no período pós segunda guerra mundial, como uma alternativa para a superação dos diversos percalços evidenciados pela ênfase nos aspectos mecânico-químicos da modernização da agricultura.

No Brasil, esporadicamente, eclodem movimentos de produtores rurais, mais comumente com objetivo de fortalecer lutas em torno de questões como reforma agrária, preços mínimos dos produtos agrícolas, liberação dos recursos do governo federal para o financiamento da atividade agropecuária com juros subsidiados e outras reivindicações ligadas a esse setor produtivo. São lutas que se estendem desde as ligas camponesas na década de 50, transitando pelas organizações sindicais, até os grandes acampamentos de produtores sem terra nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e, especialmente no Rio Grande do Sul, a partir da década de 80, objetivando fortalecer a prioridade para a redistribuição das terras, a ser conduzida pelo Estado.

Um marco desses movimentos foi o grande acampamento da Encruzilhada Natalino, em Sarandi - RS, em 1985, que reuniu centenas de famílias de pequenos produtores rurais sem terra. Após muita luta e resistência, com a incompreensão de autoridades civis e militares, da sociedade e dos próprios agricultores, como saldo houveram dezenas de famílias assentadas na antiga fazenda Anoni e fazenda dos Holandeses, próximas desse local, além de outro na fazenda Nova Ramada em Júlio de Castilhos e diversos em outras regiões do estado.

A união dos agricultores com o fim precípua da organização do conjunto de planejamentos/atividades rurais, sob a modalidade de Associações de pequenos produtores, também foi retomada a partir dos anos 80, tanto nas adaptações dos sistemas europeus como os “clubes de máquinas”, “condomínios rurais” e outros que foram sendo difundidos por entidades como Cáritas, algumas cooperativas, EMATER e nos próprios assentamentos de produtores rurais sem terra, estes priorizando as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA).

FORMAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE NO RS

A pequena produção no Brasil sempre ocupou um papel secundário dentro da agropecuária como um todo, como na economia do país. Já no período da colonização localizavam-se ora no interior dos grandes latifúndios, para a provisão da subsistência aos proprietários e trabalhadores, ora circundando os grandes centros urbanos que cresciam e necessitavam de alimentos para as populações que ali residiam.

A grande produção, nesse período de colonização, domina a economia brasileira, caracterizando-se pela exploração de monoculturas destinadas à exportação, que se alternavam em ciclos. Necessitava-se, porém, de outras atividades como objetivo de produção de alimentos para a subsistência das pessoas envolvidas nas práticas agrícolas e nos centros urbanos que se formavam. Estabelecem-se, assim, pequenas propriedades do tipo camponês europeu.

De acordo com PRADO Jr. (1976, p.44), a produção de subsistência e a própria pecuária eram classificadas como “atividades acessórias e secundárias, desenvolvendo-se sempre na

dependência da grande exploração”, ou mantendo-se à margem sem nenhuma expressão social ou econômica.

Durante a fase inicial da colonização do Brasil, esta realidade se adequava mais às regiões Nordeste e Leste já que o Norte, o Centro e o Sul estavam aquecidos. No século XVII, a ocupação do Brasil dava-se nas regiões costeiras e naquela que é hoje a região sudeste, as demais estavam em estado selvagem.

A anexação do Rio Grande do Sul ao Brasil se dá no final do século XVII, mas somente terá alguma repercussão econômica após meados do século XVIII. Este esquecimento dos estados do sul, em especial do Rio Grande do Sul, pela colônia portuguesa até esse período deve-se, segundo BRUM (1988), aos seguintes motivos: A vegetação original (constituída de 52% de campo e 48% de mata), a dificuldade de acesso pelo litoral e a falta de riquezas comerciáveis.

A vegetação original e a topografia, também determinaram a forma de ocupação do estado que se iniciou pelos campos e, somente quase um século após, chegou a região da mata.

Como Santa Catarina e Rio Grande do Sul não se prestavam às culturas tradicionais da época (açúcar, algodão e café), em sistema de monocultura, iniciou-se um sistema de colonização diferente. De princípio com colonos pobres das ilhas dos Açores, que logo foi interrompido, tendo seguimento somente no século XVIII. Caracterizou-se, também, por propriedades subdivididas, onde o trabalho escravo é raro e as atividades na propriedade eram conduzidas pelos próprios camponeses que imigravam, com o predomínio de grupos ou castas, sem a hierarquia das classes sociais (PRADO Jr., 1976, p.95-96).

De conformidade com SINGER (1977), entre 1740 e 1760 estabelecem-se no estado cerca de 2.000 casais açorianos que se instalaram desde Porto Alegre a Pelotas e daí a Rio

Grande. Mais tarde vieram outros casais de portugueses que se instalaram nestas mesmas regiões.

Somente em 1822 inicia a colonização alemã, sendo que em 1824 é fundada São Leopoldo, dando-se, após, a ocupação da região da mata. A partir de 1875, a imigração italiana no RS, sobrepuja a alemã. Entre 1875 e 1889 vieram 51.340 imigrantes, dos quais apenas 11% alemães; “os italianos constituíram 70% dos entrados na província entre 1875 e 1881 e 94% dos que vieram entre 1882 e 1889”.

Inicialmente, os colonos trabalhavam para a subsistência e realizavam algumas trocas com os centros urbanos incipientes. Com o desenvolvimento da agricultura comercial, os colonos passam a ter capacidade aquisitiva externa. A troca cede lugar à compra e venda e a economia das colônias se monetariza, na medida em que se liga com o mercado nacional e pode adquirir produtos manufaturados do exterior. Isto aniquila o artesanato interno. Apesar de todo o desenvolvimento, tanto da região dos campos, como dos pequenos produtores rurais, não há comércio entre os dois segmentos, principalmente devido às dificuldades de comunicação. Ambos comercializavam com a Europa e o restante do país e não entre si.

Ainda, segundo SINGER (1977), comparando-se os dados de exportação dos produtos agrícolas do estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1861 e 1894, verifica-se o crescimento da participação dos produtos coloniais que passam de 5,4% em 1861 para 32,4% em 1894.

Dessa forma desenvolvia-se a colonização dos campos e das regiões da Depressão Central e a serra das regiões centrais e do nordeste do estado. A partir de 1890, teve início uma segunda etapa da colonização do estado, quando se estendeu às regiões do planalto, noroeste e norte do estado, conforme descreve BRUM (1988, p.27):

“Na primeira processou-se a ocupação da mata da região centro-nordeste do Estado, com núcleos formados por imigrantes de uma única nacionalidade. São chamadas “colônias velhas”. Na segunda etapa procedeu-se a ocupação das terras cobertas de mata no norte do Estado - vale do rio Ijuí e região do Alto Uruguai (...) As chamadas “colônias novas”.”

Ao chegarem ao estado os imigrantes recebiam lotes de terras rurais denominados “colônias”, de onde a origem da denominação “colonos”. Estes módulos de terra, porém, foram diminuindo com o passar dos anos. Segundo BRUM (1988, p.27), “o lote rural (colônia), recebido pelo imigrante variou de tamanho: até 1851, era de 77 ha; de 1851 a 1889, de 48,4 ha; e, de 1889 em diante, passou a ser de 25 ha”.

Com suas terra reduzidas a medida que o tempo passava e diminuindo também, em virtude das constantes partilhas por herança ou venda de parcelas e, necessitando tirar daí o sustento da família, essas áreas foram sendo cultivadas ano a ano sem descanso.

Inicialmente eram terras novas, recém desmatadas, não exigindo muitos recursos para o seu cultivo, sem a necessidade de recuperações com calagem ou adubações químicas para a obtenção de boas colheitas. Com o passar do tempo, com o uso continuado destes solos, a fertilidade foi decaindo, agravado pela erosão e compactação dos solos que se acentuavam a cada ano com as técnicas de cultivo utilizadas.

Esses fatos, em resumo, compõem a história da formação da pequena propriedade no Rio Grande do Sul e, determinaram as formas de colonização, de distribuição das terras e seus cultivos.

Buscando algumas características desta pequena produção encontra-se em GRAZIANO DA SILVA (1981), quatro elementos que são fundamentais para caracterizá-la: a) Utilização do trabalho familiar; b) Posse dos instrumentos de trabalho; c) Fatores excedentes (terra, força de trabalho e meios de trabalho que permitem a produção de excedentes), com a produção

voltada ao mercado; d) Não é fundamental a propriedade mas a posse da terra. Com este último item, Graziano da Silva, inclui nesta categoria de produtores os meeiros, posseiros, arrendatários e assalariados.

Já SANTOS (1978), enfatiza a primazia do trabalho familiar, quando diz: “Busca-se iniciar pela observação do processo de trabalho: quem o move é a força do trabalho familiar”. E, que este produtor, mesmo ligado à agroindústria, constitui-se numa produção em pequena escala.

CARVALHO, citado por HAGUETE (1979, p.11), considera como características desta pequena agricultura no Brasil, os seguintes aspectos:

- Pequena participação no mercado; Policultura; Tecnologia rudimentar; Mão-de-obra geralmente familiar; Pequena área total e unidade produtiva; Pequena área total explorada; Baixa utilização de capital; Reside na área ou próximo da área explorada; Ausência de burocracia.

VEIGA (1991, p.118), utiliza a expressão “agricultura familiar” e a defende por sua maior “flexibilidade competitiva” em relação a outra agricultura que ele denomina como “agricultura patronal”, entendendo que:

“Pelo fato do agricultor familiar ser, ao mesmo tempo, trabalhador, gerente e proprietário da maior parte dos recursos utilizados na produção ele poderia aceitar retornos relativamente inferiores aos exigidos por um patrão que paga salários”. Ressalta, entretanto, VEIGA (1991, p.187-188), que nem sempre fica clara a oposição entre “agricultura familiar” e a “agricultura patronal” devido ao fato que: “... encontram-se sistemas que permitem o desenvolvimento de imensas unidades do tipo familiar e, no extremo oposto, sistemas que permitem o desenvolvimento de minúsculas unidades do tipo patronal”.

Pode-se citar como exemplo, neste caso, as hortas e fruticulturas comerciais quando em pequenas áreas de terras, encontram-se unidades muito produtivas e sob o comando de gerentes que estão ligados a patrões, que muitas vezes, nem participam diretamente da atividade.

Nas culturas de subsistência utilizam tecnologia tradicional, transmitidas pelos antepassados, ou seja, o trabalho agrícola baseado na tração animal, plantio, tratos culturais e colheita manuais, com trilha mecânica. Nas culturas destinadas à comercialização utilizam preparo do solo e plantio mecanizados, tratos culturais manuais e colheita mecânica, porém, não dispõem de recursos para a utilização de todos os insumos de um cultivo moderno. A exceção é quando produzem integrado à agroindústria, como no caso do fumo, da soja, aves ou suínos (Se não possui máquina para a realização dos serviços, paga pelos mesmos).

Estes pequenos produtores familiares são proprietários de pequenas áreas de terras, na faixa que varia entre 05 e 45 ha, cada família. São áreas acidentadas, onde a declividade média passa dos 20%, que são cultivados continuamente. Não se utilizam do sistema de pousio, para a recuperação dos solos, como em outras regiões. As atividades agropecuárias são desenvolvidas, na maioria dos casos, pela mão-de-obra familiar.

Normalmente, o aproveitamento destas pequenas áreas fica limitado a 50%, uma vez que os 50% restantes ocupados pela sede da propriedade, estradas, pomar doméstico, poteiros para criações, banhados, capoeiras, mato e algum pequeno reflorestamento, além das áreas inaproveitadas pelo excesso de pedras, rocha na superfície ou locais muito inclinados.

Pela análise efetuada na introdução pode-se verificar como o processo de modernização da agricultura determinou o ritmo, a modalidade, as formas de produção e as conseqüências para toda a classe de produtores rurais.

Se, por um lado, houve um aumento relativo de produtividade, em determinado período, por outro ocorreram inúmeras seqüelas e resultados que deixaram marcas profundas. SANTOS (1985, p.11), crê que “essa modernização não resolveu, porém aprofundou a crise fundiária”. Ou seja, incrementou a grande propriedade improdutivo, a expropriação das comunidades camponesas e tribais, com a concentração destas propriedades em mãos de uma minoria. Com isso, continua o autor, “em vários países, nas últimas décadas, aumentou a exploração dos assalariados rurais, a marginalização dos pequenos produtores, a adoção de inovações tecnológicas deletéricas, a crise na produção de alimentos, etc.”.

Como se verifica até este ponto desse processo, a marginalização da pequena produção é uma constante desde os tempos da colonização do Brasil, acentuando-se no período da modernização da agricultura. Marginalização esta que se manifesta na falta de apoio e incentivos do Estado, reduzindo o crédito a investimentos e custeio, aumentando as taxas de juros e retirando subsídios. O desestímulo à produção de alimentos com a continuidade da prioridade para a obtenção de produtos destinados à exportação, em sistema de monocultura e importando alimentos para mantê-los a preços baixos, sendo possível, dessa forma, haver um assalariamento urbano a baixo custo. A desigualdade competitiva com a agricultura empresarial, tanto em termos de mecanização, técnicas de cultivo e desempenho global. A constante transferência de recursos da pequena produção para os setores comercial e financeiro/industrial, urbanos.

Desde KAUTSKY, em 1900, na “Questão Agrária”, já se reportava a “expropriação do excedente econômico do camponês”. IANNI (1979, p.150), defende que são “várias as modalidades de expropriação do excedente produzido pelo campesinato”. Assim tanto na “venda ao comerciante atacadista, seja na venda no varejo da feira, em todas as situações, o camponês se vê espoliado de uma parte ou de todo o excedente da sua produção. Em certos

casos, ele se vê espoliado inclusive de uma parcela do produto destinado à própria subsistência da unidade familiar”.

Enquanto GERMER (1991, p.22), afirma que “os pequenos produtores autônomos são capitalistas, mas que produzem para o mercado, sofrem processos claros de exploração econômica na maioria dos negócios de compra e venda que fazem, além da concorrência econômica com os produtores empresariais da própria agricultura”.

Apesar de todo este processo de marginalização e exploração, a pequena produção familiar sempre encontra espaços, guiando-se pela resistência própria do camponês. Nos momentos de crise reduz o lucro e até o auto consumo, mantendo-se pelo sobre-trabalho.

VELA (1986, p.6), ao analisar a situação de “exploração” do camponês, discorda de muitos autores marxistas ortodoxos que, “costumam assinalar que o problema de exploração que sofre o camponês reside no tipo de relação passiva que este mantém com a totalidade social (luta de classes)”, enquanto os autores da chamada “sociologia liberal” levantam questões “utópicas”, “pois suas análises não são conseqüentes com a sua ideologia, ao desconsiderarem as circunstâncias atuais, noutras palavras, ao desconsiderarem o caráter processual da questão agrária, elaborando idéias rígidas e fantásticas”.

Assim VELA (1986), considera que o camponês deve ser analisado ao par de seu contexto e da totalidade que o cerca, considerando também a sua capacidade de luta e de organização, para a reversão destes processos de subordinação a que está submetido.

Apesar de todo este processo a que está submetida, constata-se que a pequena produção é, ainda, responsável pela maior parte dos alimentos produzidos no país. GRAZIANO DA SILVA (1978, p. 163 e seg.), avalia a participação da pequena produção familiar na produção de alimentos, afirma que “em resumo, a pequena produção é ainda responsável pela maior

parte do abastecimento alimentar das cidades e do próprio meio rural, atendo-se a produção capitalista a outras atividades que podem ser consideradas mais rentáveis”.

Sintetizando toda a sua argumentação GRAZIANO DA SILVA, aponta que:

“As pequenas propriedades têm uma participação elevada na área colhida dos gêneros alimentícios básicos, dos produtos de transformação industrial e dos hortifrutículas. Destacam-se também na criação de pequenos animais e no número de equinos, asininos e muars. Deve-se ressaltar que entre essas propriedades há uma participação maior dos imóveis sem assalariados permanentes nas atividades mencionadas”.

Ainda, o referido autor, especifica algumas percentagens de produtos que se destacam na pequena produção:

“Assim os imóveis com área inferior a 100 ha, que possuem, apenas 17,5% da área cadastrada, são responsáveis por:

58,9% da quantidade colhida de café;

66,2% da quantidade colhida de milho;

17,9% da quantidade colhida de cana;

34,7% da quantidade colhida de arroz;

45,9% da quantidade colhida de algodão;

48,8% da quantidade colhida de trigo, e

71,8% da quantidade colhida de feijão (...)

Pode-se verificar, por exemplo, que mais de 80% dos imóveis produtores de café, milho, algodão, trigo e feijão possuem área inferior a 100 ha”.

Pelos dados apresentados pode-se comprovar a importância da pequena produção familiar no contexto da agropecuária nacional e estadual, apesar de muitas vezes ter sido considerada secundária e pouco rentável. Isto se analisar-se apenas aspectos como as pequenas áreas e da pouca expressão da produção de cada propriedade, quando na verdade deve-se também relevar que é compensado pelo grande número de famílias em pequenas áreas.

A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NO RS

Assim, percorrendo o Rio Grande do Sul, em especial nos municípios que se caracterizam pelo predomínio da pequena produção familiar, destacando-se, no caso: Sarandi, Ronda Alta, Três Passos, Ijuí, Braga, Constantina, Rodeio Bonito, Seberi e Frederico Westphalen, observa-se alguns movimentos de cooperação entre esses pequenos produtores. Esses movimentos de cooperação podem ser entendidos, em alguns casos, como possíveis caminhos a serem trilhados na busca de possíveis alternativas e, em especial de uma nova sociedade que favoreça e dê reais oportunidades de crescimento e realização a essa grande maioria da população rural.

Estas atividades que passam a ser realizadas em regime de cooperação configuram-se como propostas que surgem na busca de alternativa para a superação das dificuldades. Na união das pequenas áreas e potencialidades que se pretende iniciar a busca de um espaço, mesmo dentro do contexto atual.

Em síntese, as principais modalidades de cooperação iniciam pelos mutirões e parceria, a troca de serviços empreendidas entre os próprios agricultores, as associações comunitárias de diversas finalidades promovidas pela igreja católica; cooperativas agrícolas de produção e consumo tradicionais; Associações de prestação de serviço e assistência técnica (APSAT) e condomínios rurais, motivados pelo Estado e difundidos pela EMATER. Destacam-se, pela forma de organização as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), que se desenvolveram junto a produtores assentados, originários dos agricultores sem terra.

Da mesma forma, constata-se que diversos órgãos ou entidades e o Estado estão enfatizando o surgimento de diferentes modalidades de cooperação entre os pequenos produtores rurais. O Estado, através de seus departamentos, Secretarias e autarquias se

voltam para a questão dos grupos, como a Secretaria da Agricultura e a EMATER. A Igreja trabalha em diversas frentes: As comunidades eclesiais de base, grupos de famílias, Comissão pastoral da terra, a comissão da juventude e a Cáritas. Os sindicatos em três frentes principais: Os movimentos de formação de produtores, a juventude rural e o movimento das mulheres rurais. O movimento dos agricultores sem terra (MASTER), nos acampamentos e a organização das Cooperativas de Produção Agropecuária nos assentamentos buscam na cooperação a superação dos empecilhos naturais da agropecuária, além da desconfiança de autoridades, entidades e indivíduos.

Verifica-se, porém, que todas essas entidades realizam suas atividades, independentemente, sem que haja união de esforços no sentido de troca de experiências e de engajamento na luta pelos grandes ideais que os movem, pois, afinal, todos trabalham em prol do pequeno produtor rural.

Muitas das atividades levadas a efeito por órgãos governamentais e diferentes entidades, além de dispersas, não buscam atingir aspectos organizativos destes pequenos produtores. Servem, direta ou indiretamente, aos interesses de empresas que aspiram ampliar a venda de máquinas, implementos ou insumos agrícolas. Têm, ainda, a dupla finalidade de mercados para seus produtos (insumos para lavouras, rações, medicamentos, pesticidas, máquinas e equipamentos) e obter, por outro lado, matérias-primas para suas indústrias.

A seguir um breve detalhamento de algumas das modalidades de cooperação agrícola que ocorrem no Rio Grande do Sul, que foram observadas e analisadas:

a) MUTIRÃO:

O mutirão, sendo uma forma pré-capitalista, não consegue desenvolver-se plenamente dentro do atual contexto. Na maior parte das vezes, fica restrito a atividades comunitárias que não visam lucro como: Construção de casas, limpeza de estradas, escoladas, praças e

construção de prédios públicos. Estas tarefas, que muitas vezes substituem a obrigação do Estado (conforme abordado por AMMANN (1980) e ressaltado anteriormente), desenvolvem-se em horários especiais, em que não afetam as atividades produtivas.

Há uma outra forma de mutirão, o mutirão das atividades agrícolas. Quando os membros de uma família prestam serviço a outra família, seja em atividades de plantio, limpeza de lavouras ou colheita e transporte de produtos e, em contrapartida, recebem idênticas horas de serviço nas mesmas atividades ou em outras que sejam prioritárias.

Há casos, também, em que os membros de um grupo comunitário reúnem-se para a execução de uma lavoura comum, cujo resultado obtido nessas atividades reverte em benefício do grupo, seja distribuindo aos mesmos ou reaplicando-os na atividades. ZAMBERLAM (1992, p.48), confirma que “a prática de mutirão pode aparecer na cooperação das parcerias, dos condomínios, das associações e das cooperativas de produção agropecuária”.

b) PARCERIA:

A parceria tem se mostrado mais genérica, ocorrendo tanto no interior de empresas rurais, como na pequena produção familiar. Fato, aliás, que ocorre desde a fase de colonização do Brasil.

Caracteriza-se pela conjugação da terra versus trabalho. As vezes, o proprietário cede a terra em troca de serviço que deverá ser prestado em suas terras, percentagem da produção ou em dinheiro. Nestes casos, o parceiro que contribui com o trabalho, tem também o ônus com a aquisição de insumos, preparo do solo, plantio, limpeza, colheita e transporte, incluindo-se aí, todo o risco da atividade. O proprietário da terra exige a sua percentagem (em serviço, produto ou dinheiro) no final do ciclo da cultura.

Uma outra forma de parceria ocorre, quando ao invés da relação unipessoal do proprietário e trabalhador, um conjunto de indivíduos (um grupo) une-se em torno de um

mesma atividade e, para tanto, arrenda terra ou instalações para plantar ou criar. Verifica-se, porém, que apesar do ônus e da responsabilidade no caso de frustrações serem divididas entre os membros do grupo, não deixa de existir a figura do proprietário da terra ou instalações que usufrui de uma percentagem sem nada arriscar. Isso não ocorrerá se um dos indivíduos do grupo for proprietário da terra e não cobrar percentagem devido a essa sua condição de proprietário.

c) COOPERATIVAS TRADICIONAIS:

Num passo seguinte, observa-se que a cooperação passou a ser institucionalizada na forma de Cooperativas de produção e de consumo. Algumas destas cooperativas que tiveram suas bases voltadas para os princípios dos pioneiros do cooperativismo de Rochdalle na Inglaterra. São desse modo realizadas diversas atividades cooperativas entre sócios que constituem seus dirigentes por eleição direta. Essa modalidade de cooperação é, atualmente, a mais praticada entre os pequenos produtores rurais.

ZAMBERLAM (1992, p.42 e seg.), considera que “nessas cooperativas a cooperação acontece, não porque os associados fazem cooperação, mas porque os funcionários e empregados assalariados cooperam, mesmo não fazendo parte da cooperativa”. E diz ainda: “Esses modelos de cooperativismo não organizam os produtores associados para mexerem no processo produtivo. Eles continuam como co-proprietários, independentes até para ‘não entregarem a produção à’ sua ‘cooperativa’, conclui Ricardo Soares”.

d) GRUPOS ALTERNATIVOS COMUNITÁRIOS:

Tem se salientado, em algumas regiões do estado do RS, a ação de uma parcela da igreja católica, tanto agindo junto aos movimentos populares e de agricultores sem terra, como diretamente junto a produtores rurais e trabalhadores urbanos através da Cáritas. Nesse momento, interessa a análise do trabalho de Cáritas que fomenta, em âmbito de dioceses, no

estado do RS, a formação de grupos através dos projetos alternativos comunitários, devido constituírem-se em ações mais correntes e que com mais efetividade se desenvolvem junto aos pequenos produtores familiares participantes desta pesquisa.

Conforme BATTISTELLA (1991), em “Conheça a Cáritas do RS”, o objetivo geral da Cáritas é: “Animar e desenvolver uma caridade transformadora, visando contribuir crítica e politicamente na construção de uma igreja e sociedade justas e solidárias, a partir da evangélica opção preferencial pelos pobres”.

A Cáritas organiza-se e age junto às dioceses, chegando no RS a 16 dioceses que são coordenadas por uma secretaria regional com sede em Porto Alegre. Além disso, compõem-se de um secretariado nacional em Brasília, um secretariado Latino Americano (SELAC), com sede em Quito, no Equador e a Cáritas internacional em Roma, na Itália.

BATTISTELLA (1991), ainda esclarece que o trabalho da Cáritas se desenvolve nos seguintes campos de ação: Formação de agentes (capacitação de pessoas para atuarem nas equipes paroquiais e diocesanas e/ou como assessores, lideranças); Projetos Alternativos Comunitários (organização, articulação e animação de iniciativas populares que procuram ser “sinais de uma nova sociedade”); Apoio e participação junto às lutas e organizações populares (participa e apóia os movimentos que defendem os direitos fundamentais da pessoa humana, visando a construção de uma sociedade participativa); atuação em situações de emergências sociais e naturais (além da ação imediata no caso de seca, enchente, realiza um trabalho que prevê iniciativas alternativas comunitárias tanto para as fases anteriores ou posteriores às ajudas de caráter emergencial).

Dentro da ação da Cáritas, os projetos alternativos comunitários são os que despertam mais interesse tendo em vista serem direcionados para a formação de grupos de indivíduos

urbanos ou rurais. Estes buscam na cooperação e na obtenção do auxílio financeiro, a superação dos problemas com que se defrontam.

Segundo LIMA et al. (1988), os objetivos dos projetos alternativos comunitários são:

“a) aumentar a consciência política do povo; b) Fortificar as organizações populares como alternativa para enfrentar os problemas sociais; c) Possibilitar aos empobrecidos acreditar na sua capacidade criativa de planejar, executar e avaliar seus projetos; d) Implementar os projetos alternativos comunitários com consciência crítica, dimensão de fé e visão política; e) Buscar formas próprias para a saída da crise social em que se encontram as comunidades, concretizando a esperança de dias melhores”.

Ainda, de acordo com LIMA et al. (1988, p.9), são privilegiados alguns tipos de projetos desde que estejam “vinculados à problemática e à necessidade local e surgiram do resultado de discussões e reflexões da comunidade para que sejam elaborados por ela, com ela e para ela” e são eles:

- a) Captação de água;
- b) Construção comunitária;
- c) Produção alimentícia;
- d) Revenda;
- e) Produção artesanal;
- f) Apoio aos movimentos e organizações populares.

e) MODALIDADES DE ASSOCIATIVISMO ESTIMULADOS PELO ESTADO:

A abordagem em alguns autores e o confronto com a realidade, demonstra que o Estado, induzindo ou atuando diretamente, favorece, em parte, a este progresso que vivencia-se, promovendo a difusão da modernização e contribuindo para a acumulação do capital. Muitas vezes, constitui-se no moderador, interferindo em alguns processos ou direcionando outros através de estímulos como isenções fiscais, redução de tarifas ou mesmo promovendo encontros ou eventos para a difusão de alguma inovação.

Segundo ZAMBERLAM (1992, p.56), as razões que levam o Estado a estimular o associativismo são:

- “a) Minimizar conflitos sociais.
- b) Viabilizar a realização do grande capital aproveitando um potencial humano e patrimonial estagnado.
- c) Reintegrar, no circuito de produção de mercado, agricultores modificando o padrão tecnológico e a produtividade.
- d) Melhorar a qualidade de vida e o nível de renda dos pequenos agricultores”.

Para a execução dos projetos planejados a nível de administração central, no caso do estado do RS, são selecionados determinados órgãos e entidades, normalmente, no caso da agropecuária, os ligados à Secretaria da Agricultura. Situam-se nesse rol, a Inspetoria Veterinária, as Secretarias Regionais de Agricultura e as EMATERES. Quando os projetos deve-se tanto a sua tradição em trabalho comunitários (como exemplo, os clubes “4 S”), como pela rede de escritórios que atendem as diversas regiões do estado.

No decurso destes anos, a partir da modernização da agricultura, têm sido difundidos alguns “modelos” de associativismo:

e-1) CÍRCULO DE MÁQUINAS:

De acordo com ZAMBERLAM (1992, p.57), o Círculo de máquinas “surgiu na Alemanha em 1958 como uma reação de defesa dos pequenos agricultores frente ao pacote tecnológico que se alastrava na agricultura promovida pela revolução verde”. Em decorrência disso, os produtores que possuíam máquina iniciaram a prestação de serviços aos que não tinham sob pagamento em troca de serviços, criando uma entidade para gerenciar essas trocas.

O círculo de máquinas não é uma entidade que presta serviços, apenas promove o intercâmbio de serviços entre os associados e, dessa forma, além de reduzir o tempo ocioso de uma máquina, evita que cada produtor tenha que efetuar elevados investimentos adquirindo uma máquina. Assim, o produtor que possui um trator mas não possui a bateadeira de cereais pode, participando do círculo de máquinas, efetuar a troca de serviços, cedendo horas de trator e recebendo, em contrapartida, horas de bateadeira de cereais.

Estas trocas são coordenadas por um gerente que é remunerado por esse grupo de produtores. O gerente tem as atribuições também de controlar as horas devidas ou recebidas por cada sócio e as condições da máquina. Os preços dos diversos serviços são fixados de acordo com a oferta e a procura, os custos e decidido por uma diretoria que é composta pelos próprios agricultores sócios desse círculo de máquinas.

Constitui-se, esta, numa forma de cooperação muito limitada e que se detém a um único aspecto da produção. Além de privilegiar o uso de máquinas na propriedade e não proporcionar ocasião aos produtores a refletirem sobre o uso indevido das mesmas, não oferece ocasião para uma reflexão mais aprofundada sobre o contexto global, a realidade da agropecuária em todos os níveis e, em decorrência, adequar as formas de atuar em vista dos fatos constatados. Ou seja, esta forma de cooperação dá continuidade a todo o processo existente, sem mexer nos aspectos periféricos e, muito menos, na estrutura.

e-2) ASSOCIAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA -

APSAT:

Com base nas idéias desenvolvidas pelo círculo de máquinas, a APSAT, passou a abranger além dos setores agrícolas, a criação de animais. A entidade jurídica formada por pequenos agricultores, possui estatuto e cadastro geral de contribuintes do Ministério da Fazenda (CGC-MF) e, a partir daí passa a agir como uma pequena empresa. A assistência técnica é prestada pela EMATER. A diferença está em que a APSAT, é uma entidade que não apenas gerencia as trocas mas, assume máquinas ou criações, distribuindo serviços ou animais, de acordo com as necessidades ou quotas de cada sócio. Todos os detalhes podem ser especificados e decididos pelos sócios em regimento interno.

Cada sócio, pequeno produtor, participa com uma percentagem na aquisição de máquinas e implementos, no caso de atividade agrícola ou, investe em galpões, instalações, equipamentos e matrizes, no caso de criações de animais. Assim, como no caso do círculo de máquinas, esta forma de cooperação, possui uma diretoria que fixa os custos para a cobrança de horas máquina ou estipula a quantidade de animais que cada sócio tem direito, em virtude de suas quotas partes na associação.

Tendo visitado duas APSATs, na região de Três Passos, uma de máquinas e outra de suínos, pode-se constatar alguns aspectos específicos:

No caso da APSAT de máquinas, os sócios, em sua maioria parentes (irmãos ou cunhados), iniciaram com uma colheitadeira automotriz que passou a executar os serviços de colheita, preferencialmente dos sócios e, no caso de haver período ocioso, executava serviços de colheita aos não sócios. Com os recursos auferidos, em duas safras, foi possível manter a máquina e, ainda, adquirir um caminhão para o transporte do produto.

As questões de estabelecer custos de operação da máquina e demais regras para o bom andamento da associação são resolvidos em reuniões periódicas entre os sócios. Para a redução de custos um dos sócios é o operador da máquina.

No aspecto de desenvolvimento da associação, excetuando-se pequenos problemas de relacionamento, está num bom nível. Como deficiências pode-se constatar que o sistema de cultivo não foi alterado, nem são promovidas discussões conjuntas para a busca de soluções para os demais problemas enfrentados pelas famílias, bem como o entendimento dessa realidade com que se deparam. Também a utilização da colheitadeira automotriz torna prioritária a cultura da soja, havendo, no máximo um espaço para a cultura do milho, em vista da plataforma especial para colher esta cultura que pode ser adaptada à máquina. Isso transforma essas pequenas propriedades em unidades de produção de monocultura para o comércio ou indústria, deixando-as à mercê dos problemas de uso de tecnologia inadequada, insumos químicos, seca, preços baixos, problemas de armazenamento e outras opções de cultivo. Não são levadas a efeito discussões para a busca de caminhos alternativos.

Em se tratando da APSAT de suínos, nesta mesma região de Três Passos, os produtores optaram por adquirir uma pequena área onde estabeleceram a estrutura física para a criação de suínos, com todas as instalações e equipamentos, para que o manejo ocorresse em boas condições técnicas.

Formaram uma associação com registro e estatutos. Compuseram uma diretoria, com os componentes da mesma escolhidos dentre os associados. Contrataram um gerente para a organização e manejo da criação.

Na pequena área de terra adquirida, independente das áreas desses sócios, desenvolveram a criação de suínos, mantendo diversas matrizes com o objetivo de produção de leitões. Estes leitões são criados nesse local até o desmame (de 30 a 40 dias) e, após esse período, cada

produtor sócio retira a sua quota de leitões para proceder a engorda nas suas propriedades. Cada quota de sócio, correspondia na época, a oito leitões por ano. Pode um sócio possuir mais de uma quota.

Também nessa APSAT de suínos, constata-se problemas de organização da propriedade, tanto na questão da criação de suínos como na questão da comercialização e da diversificação. O sistema não propicia momentos de discussão sobre a realidade que vivem, das formas de conduzir uma propriedade, visualizada em seu todo, bem como, de possíveis alternativas concretas e viáveis. O sistema de criação empregado é o intensivo, ou seja, altas doses de rações, concentrados, vitaminas e medicamentos, tornando altamente elevados os custos de produção e como resultado um produto muito artificializado.

Na questão da comercialização há uma estreita relação de dependência entre produtores e complexos agroindustriais. Não se afirma, com isso, que seja totalmente negativo. Porém, estes complexos determinam as raças, o sistema de criação, os períodos em que devem ser criados, o tempo de crescimento e engorda - a cada período mais reduzidos - a entrega, as condições e critérios de comercialização, além de fixarem os preços de insumos e do produto final, unilateralmente. O produtor apenas executa o que lhe é proposto. Por outro lado, esses complexos garantem um mercado seguro, incentivam os produtores a crescerem técnica e economicamente. Ressalte-se, porém, o direcionamento, o tolhimento da liberdade e criatividade e o processo de verticalização a que são submetidos (ou seja, cada vez menos produtores ligados as empresas e produzindo mais).

e-3) CONDOMÍNIOS RURAIS:

Constituem os vizinhos, pequenos produtores rurais, uma organização, através do estabelecimento de um contrato, quando pré-determinam as prioridades para os investimentos.

Normalmente não surgem espontaneamente, no Rio Grande do Sul são fomentados pelo governo do estado, através da EMATER e de alguns segmentos político-partidários.

Segundo ZAMBERLAM (1992, p.59), “o modelo condominial é Francês, chegou ao Brasil via ACARESC (Emater-SC), na década de 80”. A partir daí passou a ser adotado em diversos locais e a partir de 1990, incluindo dentro do programa do governo do estado do Rio Grande do Sul.

Apesar de encontrar-se em sua definição no livreto “Condomínios Rurais” (1991, p.5), aspectos que pretendem dar maior amplitude: “condomínio rural é uma forma de organização associativa de pequenos proprietários rurais vizinhos que se unem para viabilizar soluções econômicas, sociais, políticas e culturais”. Também incluso nos objetivos dos condomínios rurais, encontra-se a pretensão de abranger aspectos mais amplos:

- “a) Proporcionar a organização global do estabelecimento rural e, racionalização do uso dos fatores de produção;
- b) Melhorar a qualidade de vida e o nível de renda dos pequenos proprietários rurais;
- c) Agilizar o processo de difusão e adoção de tecnologia agrícola junto aos pequenos proprietários rurais;
- d) Contribuir para a mudança de mentalidade vigente no sentido da prevalência dos interesses coletivos em relação aos individuais;
- e) Facilitar o acesso aos diversos serviços essenciais do interesse das famílias rurais” (Condomínios rurais, 1991, p.6).

Contudo, verifica-se que na prática, a formação desses grupos visa, acima de tudo, a obtenção de recursos para melhoria de alguns aspectos específicos da atividade agropecuária. Da mesma forma que no caso das APSAT, quando analisou-se o relacionamento com a grande empresa, não se considera que a busca de recursos seja desnecessária, ou até prescindível, o que se questiona é que a obtenção do recurso se torna o único objetivo. Fica

parcializado dentro do contexto global da propriedade e desvinculado de uma reflexão sobre o contexto e as saídas para a pequena propriedade.

Embora conste de seus objetivos que visa a organização global do estabelecimento rural, verifica-se que essa forma de cooperação, é muito restrita e inclue-se no grupo de atividades, como Círculo de máquinas e APSAT que direcionam e delimitam as atividades do pequeno produtor rural. Sente-se, nesse caso, que o produtor rural está mais interessado em angariar recursos, que são direcionados pelo governo do estado, tendo-se em vista que constitui-se em atividade listada no programa de governo e, portanto, devem apresentar resultados numéricos que devem ser repassados à população. Segue o processo vigente de agropecuária ao invés de buscar formas de cooperação que, de fato, servem de alternativa à discussão para a viabilização das pequenas propriedades rurais.

f) COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Dentre as modalidades de cooperação, a que mais se destaca, é a Cooperativa de Produção Agropecuária - CPA, em especial, devido ao fato de objetivarem uma integração completa entre seus cooperados.

São formas de cooperação que se desenvolvem junto aos assentamentos de pequenos produtores rurais onde, além da preocupação econômica, encontram-se priorizadas questões de ordem político-sociais entre os indivíduos.

ZAMBERLAM (1992, p.68 e seg.), concorda com estas colocações e acrescenta:

“A CPA, criada não apenas como uma forma de resistência ou melhoria econômica, visa mexer com o modo de produção dominante, rompendo com a dinâmica imposta pelo capitalismo que privilegia ao dono dos meios de produção. Nesse sentido, a cooperação de produção pode se converter no instrumento de transformação e construção de nova sociedade, na medida em que desafia os associados a assumirem o papel da classe trabalhadora (oprimida) e a realizarem a transformação...”

Nesse sentido, continua ZAMBERLAM (1992), os indivíduos envolvidos nesse processo:

“Coletivizam a terra; coletivizam os demais meios de trabalho (máquinas, infra-estrutura, animais); rompem com a estrutura hierárquica de poder (onde o dono do capital impõe a dinâmica aos trabalhadores que têm de vender sua força de trabalho para sobreviver; onde o homem-chefe determina o papel da mulher e dos jovens da família); buscam estabelecer novas relações organizadas entre produtores e consumidores; buscam uma relação harmônica com a natureza”.

Estes aspectos são decisivos, pois, determinam a diferença entre grupos que buscam apenas mais recursos econômicos com a cooperação, tendo inclusive muita dificuldade na gestão do recurso e do capital do grupo, e os que tem em vista algo mais duradouro e profundo, com a discussão do contexto que os cerca, formas mais eficazes de produção, bem como a transformação da sociedade. Ainda em ZAMBERLAM, encontra-se que: “O verdadeiro grupo de cooperação agrícola, além de produzir com mais eficiência, reeduca as pessoas, faz crescer a consciência política, leva os trabalhadores a se assumirem como classe e iniciar a viver, já, um jeito novo de sociedade”.

Dos assentamentos visitados, no caso: assentamento do Holandês em Sarandi e Nova Ramada em Júlio de Castilhos, constatou-se que as cooperativas de produção agropecuária, plenamente incorporadas às atividades agropecuárias e comerciais destes assentamentos, representam algo mais do que uma simples organização grupal. São responsáveis, também, pela maior união do grupo que busca, conjuntamente, o crescimento dos indivíduos e a superação dos problemas da coletividade.

Nota-se uma grande disparidade entre produtores de um mesmo assentamento em relação aos que aderiram ou não às CPAs. Os produtores que optaram por trabalhar na cooperação

encontram-se em melhores condições econômico-sociais e culturais, comparando-se àqueles poucos produtores que, nesses assentamentos, optaram por trabalhar individualmente. Estes produtores que executam suas atividades apenas com auxílio dos membros da família, além do pequeno progresso econômico, encontram-se em precárias condições de saúde e moradia, contribuindo para um estado de desânimo em relação à agropecuária e ao seu futuro e, ainda dependem dos produtores em cooperação para a defesa de seus interesses e para a escolarização de seus filhos.

Deve-se ressaltar, no entanto, que assim como todos os demais pequenos produtores do estado do Rio Grande do Sul, todos os agricultores assentados encontram-se em sérias dificuldades, pois, vivem sob o mesmo domínio econômico e financeiro, sob as mesmas técnicas de cultivo (muito direcionadas à monocultura e sistema de preparo convencional de solo e cultivos) e em relação à comercialização sofrem, como os demais, desse processo de centralização, verticalização e monopolização. Tudo isso determina que, ao final dos ciclos das culturas ou venda de animais terminados, usufruam de um pequeno saldo operacional. Isso leva, a cada ano, haver menos investimentos em melhoria e conservação dos solos, em rotação de culturas, em mudança de sistema de cultivo, em renovação das máquinas e implementos essenciais às lavouras e criações, enfim reduz drasticamente o investimento na atividade produtiva.

Acima de tudo, é pobre a discussão em torno dessa mudança do sistema de cultivo e criações, de uma agropecuária voltada à vocação da pequena produção, de modalidades de transformação, a nível de propriedade dos produtos primários aí obtidos, além das alternativas de armazenamento e comercialização. Há, apesar disso, um certo sucesso das CPAs na grande maioria dos assentamentos do estado do RS, pelo que atestam muitos desses produtores em encontros e seminários ou pelo que se lê, transmitido por aqueles que estudam o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento atual, cujos reflexos melhores e os indesejados, são suportados pela pequena produção, quando a descapitalização, o desgaste e a erosão do solo, a falta de implementação de opções concretas e rentáveis que atinjam o conjunto da propriedade, seu armazenamento e comercialização, além de outros resultados pouco alentadores dos métodos inadequados impostos pela modernização dos processos produtivos, levam ao empobrecimento, ao desânimo e à continuidade do êxodo rural.

Isso adicionado a outros aspectos externos como o crescimento e centralização dos mercados internacionais, a falta de política agrícola estabelecida para longo prazo, juros agrícolas não subsidiados; além dos aspectos internos inerentes à família, à propriedade e à produção, deficientes, complementam o quadro preocupante.

Naturalmente, que dentro de todo esse processo de modernização da agropecuária restaram aspectos que beneficiam a produção agropecuária a nível nacional, mesmo que os maiores beneficiados sejam um grupo mais restrito. Esses mesmos benefícios e dificuldades foram os motivadores de muitos movimentos como os que lutam pela reforma agrária e redistribuição do solo agrário, questões de direitos trabalhistas e outras equiparações ao trabalhador urbano - cuja luta sindical muito sobressai - e a formação de diversos grupos de pequenos produtores com as mais diversas origens mas, com objetivos semelhantes, ou seja, a melhoria do processo produtivo.

Os diversos movimentos de cooperação agrícola que são percebidos, em diversas regiões do estado do RS, especialmente nas áreas de pequena produção, revestem-se de significado especial como alternativa na busca de possíveis soluções para todo o problema agrário e agropecuário. Isso não significa que os grupos "per si" sejam a salvação da pequena

produção, no entanto, terão maior validade se oferecem alternativas para uma tomada de consciência dos problemas circundantes e do próprio contexto, da discussão conjunta dos mesmos, do crescimento dos aspectos formativos e organizativos para a concretização dos caminhos viáveis e concretos.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J. A. de J. Extensão Rural - um manual de metodologia. Brasília, MEC/ABEAS, 1989, 184p.
- ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de estado: notas sobre aparelhos ideológicos de estado. 4ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1989.
- AMIN, S. e VERGOPOULOS, K. A questão agrária e o capitalismo. 2ª ed. Trad.: Beatriz Resende. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. 179p.
- AMMANN, S. B. Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. 6ª ed. São Paulo, Cortez, 1987. 176p.
- BATTISTELLA, R. S. Conheça a Cáritas - RS. Porto Alegre, Paloti, 1991.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. e CARMO, M. S. do. “Reforma agrária dá certo? O (In)sucesso dos assentamentos de trabalhadores rurais”. In: Revista Reforma Agrária, 1 (21), jan./abr./91, pp.60-68.
- BRUM, A. J. O desenvolvimento econômico brasileiro. 7ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986.
- . Modernização da agricultura - trigo e soja. Petrópolis, Vozes/FIDENE, 1988. 200p.
- BUARQUE, C. A desordem do Progresso - o fim da era dos economistas e a construção do futuro. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. 190p.

- CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. 418p.
- CHAUÍ, M. Cultura e Democracia - o discurso competente e outras falas. 5ª ed. São Paulo, Cortez, 1990. 309p.
- CORBELINI, D. e GAIGER, L. I. "Análise dos dados recadastramento dos PACs". CÁRITAS RS/CEDOPE UNISINOS, nov./1992. Datilografado.
- DELPEUCH, B. O desafio alimentar Norte Sul. Rio de Janeiro, Vozes/FASE, 1990.
- FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 9ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. 93p.
- GERMER, C. "Transformações recentes na agricultura brasileira: agroindústria e proletarianização". In: III CONFESAR, mimeografado, Fortaleza 21 a 25/10/91.
- HAGUETTE, A. "O produtor de baixa renda: análise de um conceito". In: Revista Ciências Sociais, Fortaleza. V. X N° 1 e 2 (1979) pp. 7-43.
- IANNI, O. A luta pela terra. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1979. 236p.
- KAGEYAMA, Â. et al. "O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais". Reprodução em fotocópia. Outubro de 1987.
- KAUSTKI, K. A questão agrária. 3ª ed. São Paulo, Proposta editorial, 1980. 330p.
- LIMA, R. M. et al. Projeto alternativo - orientações práticas. Brasília, Cáritas Brasileira, 1988. 15p.
- MAILHIOT, G. B. Dinâmica e gênese dos grupos. São Paulo, Duas cidades, 1970. 190p.
- MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? In: Revista Lua Nova, n° 23, CEDEC/Marco Zero, Março de 1991. pp.7-37.
- MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia alemã (Feuerbach). 8ª ed. São Paulo, HUCITEC, 1991. 140p.

- MÜLLER, G. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo, HUCITEC/EDUC-PUC, 1989. 150p.
- MUSSOI, E. M. Extensão rural - uma contribuição ao seu repensar. Brasília, EMBRATER, 1985.
- NOLLA, D. Erosão do solo - o grande desafio. Porto Alegre-RS, Sec. da Agricultura, 1982. 412p.
- PAULILO, M. I. S. Produtor e agroindústria: consensos e dissensos - o caso de Santa Catarina. Florianópolis-SC, editora da UFSC, 1990. 184p.
- PRADO Jr., C. História econômica do Brasil. 37ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1976.
- RS, GOVERNO DO ESTADO. Condomínios rurais. Porto Alegre, Secretaria da Agricultura, 1991. 16p.
- . "A retomada do crescimento - relatório de atividades do governo do estado do RS". Porto Alegre, 1991/1992.
- RS, PREFEITURA MUNICIPAL DE FREDERICO WESTPHALEN. Diretrizes gerais para uma política de desenvolvimento de F.W.. Frederico Westphalen-RS, 1990, 18p.
- SACHS, I. Ecodesenvolvimento - crescer sem destruir. São Paulo, Vértice, 1986. 204p.
- SANTOS, J. V. T. dos. "A reprodução subordinada do campesinato". In: Ensaio FEE. 2 (2) 109-117. 1981.
- (org.). Revoluções camponesas na América Latina. São Paulo, Ícone/UNICAMP, 1985. 288p.
- SILVA, J.G. da. et al. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo, HUCITEX, 1978. 270p.
- SILVA, J. G. da e STOLCKE, V. (org.) A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981. 186p.

- SINGER, P. I. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Nacional, 1977. 378p.
- VEIGA, J. E. da. “Fundamentos do agro-reformismo”. In: Revista Lua Nova, Nº 23. CEDEC/Marco Zero, Março de 1991.
- VELA, H. A. G. “Campesinato Latinoamericano: conceituação e movimentos sociais. Dissertação de mestrado. Santa Maria-RS, CPGE_xR/UFSM
- . “Produção e reprodução do campesinato no oeste e sudoeste paranaense”. In: Perspectiva econômica, v.26 (74). Série Cooperativismo, 1991. p.69-80.
- ZAMBERLAM, J. “As tendências do mercosul e a ordem internacional - pontos de reflexão. Cruz Alta-RS, UNICRUZ, s.d.
- ZAMBERLAM, J. e FRONCHETI, A. Cooperação agrícola - melhoria econômica ou novo projeto de vida? Passo Fundo, Berthier, 1992. 136p.